

Processo: TC 012.710/2001-6

UT: Secex-TCE

Natureza: TCE

Assunto: Saneamento de comunicação.

1. Trata-se de saneamento de comunicação, conforme o pedido abaixo, registrado nos comentários do processo:

“12/08/2021 12:16:15 - LUCIANE VIDAL FERNANDES

Responsáveis falecidos; diversas deliberações e falhas nas comunicações.”

2. Processou-se o saneamento nos seguintes termos:

Item	Responsável	Histórico						Análise
2.1	Márcia Resende dos Santos	Responsáveis solidários?			Sim	Não	NA	Peça 75, p. 25 a 33.
					<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
		Procurador?	Sim	Não	OAB	Peça	Vigência	
			<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			Início	Fim
		Comunicações						
		Acórdão 3017/2011-P (condenatório, peça 75, p. 25 a 33).						
		Destinatário	Endereço	Comunicação	Ciência	Observação		
		Responsável	Base CPF, peça 443	Ofício 2313/2017, peça 465	Peça 496	-		
		Acórdão 3296/2014-P (peça 322). Recursos de reconsideração interpostos por Xavier Engenharia Ltda., Antônio Alves de Gouveia, Margareth Rose Martins Bringel e Flank Rafael Silva Santos ao Acórdão 3017/2011-P. Recursos conhecidos, para, no mérito: 1) negar provimento àqueles interpostos por <u>Antônio Alves de Gouveia (recurso conhecido com atribuição de efeitos suspensivos ao recorrente e demais condenados em solidariedade com ele, peças 284 e 292)</u> e <u>Flank Rafael Silva Santos (recurso conhecido com atribuição de efeitos suspensivos ao recorrente e demais condenados em solidariedade com ele, peças 285 e 292)</u> ; 2) dar provimento parcial àquele interposto por <u>Margareth Rose Martins Bringel (recurso conhecido com atribuição de efeitos suspensivos à recorrente e demais condenados em solidariedade com ela, peças 286 e 292)</u> , de forma a excluir as penalidades a ela aplicadas mediante os itens 9.5 e 9.7.1 do Acórdão 3017/2011-P; 3) dar provimento àquele interposto pela empresa <u>Xavier Engenharia Ltda. (recurso conhecido, mas se atribuição de efeitos suspensivos à recorrente, peças 283 e 292)</u> , de forma a julgar suas contas regulares, dando-lhe quitação plena, e afastar o débito a ela imputado e as penalidades aplicadas mediante os itens 9.4, 9.5 e 9.9 do Acórdão 3017/2011-P. Responsável solidária aos recorrentes Antônio Alves de Gouveia e Margareth Rose Martins Bringel.						
		Destinatário	Endereço	Comunicação	Ciência	Observação		
		Responsável	Base CPF, peça 339	Ofício 1258/2015, peça 371	Peça 421	A notificação deveria ser de dívida.		
		Acórdão 8291/2016-2C (peça 440). Retificação do item 3 do Acórdão 3017/2011-P, por inexistência material.						
		Destinatário	Endereço	Comunicação	Ciência	Observação		
		-	-	-	-	Sem notificação.		
Acórdão 1201/2018-P (peça 535). Recurso de reconsideração interposto pela empresa A C M. Gomes contra o Acórdão 3017/2011-P. Recurso não conhecido.								

Destinatário	Endereço	Comunicação	Ciência		Observação	
-	-	-	-		<i>É desnecessária a comunicação a terceiro de recurso não conhecido pelo Tribunal, conforme entendimento entre a Dicomp, Dijulg e MP/TCU.</i>	
Acórdão 1664/2021-P (peça 749). Retificação dos itens 3, 9.4.7 a 9.4.21, 9.5 e 9.8 do Acórdão 3017/2011-P, por inexatidão material.						
Destinatário	Endereço	Comunicação	Ciência		Observação	
-	-	-	-		A comunicar.	
Os demais responsáveis/interessados/órgãos ou entidades/assessoria especial de controle interno foram notificados de acórdão (condenatório, apostilador ou recursal) proferido nos autos?			Sim	Não	NA	-
			<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Há necessidade de comunicar à Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Min. da Economia, após o trânsito em julgado, a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992)?			Sim	Não	NA	-
			<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Responsável falecido						
Diligenciou-se ao cartório de registro civil para obtenção da certidão de óbito?			Sim	Não	NA	-
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Diligenciou-se ao cartório de notas para obtenção de informações sobre o espólio ou sucessor?			Sim	Não	NA	-
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Diligenciou-se ao Tribunal de Justiça para obtenção de informações sobre o espólio ou sucessor?			Sim	Não	NA	-
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Diligenciou-se ao INSS para saber se há registro de benefício previdenciário tendo como instituidor o falecido?			Sim	Não	NA	-
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Caso o responsável tenha falecido antes de sua citação, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de torná-la insubsistente para promover a citação do espólio ou sucessor do falecido?			Sim	Não	NA	-
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Caso o responsável tenha falecido antes do trânsito em julgado do acórdão que lhe imputou multa, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de afastar a multa imposta?			Sim	Não	NA	-
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Proposta						
i) à Dicomp:						
a) notificar de dívida a responsável do Acórdão 3296/2014-P, mencionando os Acórdãos 8291/2016-2C e 1664/2021-P;						

		<p>b) após o trânsito em julgado da condenação, comunicar à devida unidade do Ministério da Economia, nos termos dos subitens 9.7 e 9.8 do acórdão condenatório, a inabilitação da responsável, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, pelo período de cinco anos, com fundamento no art. 60 da Lei n. 8.443/1992;</p> <p>ii) ao Secef:</p> <p>a) após decurso de prazo da notificação, retificar o trânsito em julgado de peça 671;</p> <p>iii) ao Scbex:</p> <p>a) quanto à possível prescrição da dívida, informa-se que compete à Procuradoria da União decidir sobre a propositura ou não da ação de execução.</p>						
Item	Responsável	Histórico					Análise	
2.2	Ney dos Santos Resende	Responsáveis solidários?			Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	NA <input type="checkbox"/>	Peça 75, p. 25 a 33.
		Procurador?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>	OAB	Peça	Vigência Início Fim	
		Comunicações						
		Acórdão 3017/2011-P (condenatório, peça 75, p. 25 a 33).						
		Destinatário	Endereço	Comunicação	Ciência	Observação		
		Responsável	Base CPF, peça 90, p. 2	Ofício 4690/2011, peça 94	-	AR negativo: peça 157.		
			Agenda e-TCU	Ofício 2733/2012, peça 213	-	AR negativo: nº inexistente, peça 244.		
			Endereço profissional, peça 254	Ofício 37/2013, peça 260	-	AR negativo: nº inexistente, peça 275.		
			Base CPF, peça 297	Ofício 96/2014, peça 303	-	AR negativo: recusado, peça 309.		
			-	Edital 45/2014, peça 312	Peça 316	Justificativa: peça 310.		
			Base Renach, peça 459	Ofício 2308/2017, peça 466	-	AR negativo: mudou-se, peça 500.		
			Base TSE, peça 459	Ofício 2309/2017, peça 467	-	AR negativo: mudou-se, peça 492.		
			Endereço profissional, peça 459	Ofício 2310/2017, peça 471	-	AR negativo: mudou-se, peça 501.		
			-	Edital 86/2017, peça 509	Peça 516	-		
Acórdão 3296/2014-P (peça 322). Recursos de reconsideração interpostos por Xavier Engenharia Ltda., Antônio Alves de Gouveia, Margareth Rose Martins Bringel e Flank								

<p>Rafael Silva Santos ao Acórdão 3017/2011-P. Recursos conhecidos, para, no mérito: 1) negar provimento àqueles interpostos por <u>Antônio Alves de Gouveia</u> (<i>recurso conhecido com atribuição de efeitos suspensivos ao recorrente e demais condenados em solidariedade com ele, peças 284 e 292</i>) e <u>Flank Rafael Silva Santos</u> (<i>recurso conhecido com atribuição de efeitos suspensivos ao recorrente e demais condenados em solidariedade com ele, peças 285 e 292</i>); 2) dar provimento parcial àquele interposto por <u>Margareth Rose Martins Bringel</u> (<i>recurso conhecido com atribuição de efeitos suspensivos à recorrente e demais condenados em solidariedade com ela, peças 286 e 292</i>), de forma a excluir as penalidades a ela aplicadas mediante os itens 9.5 e 9.7.1 do Acórdão 3017/2011-P; 3) dar provimento àquele interposto pela empresa <u>Xavier Engenharia Ltda.</u> (<i>recurso conhecido, mas se atribuição de efeitos suspensivos à recorrente, peças 283 e 292</i>), de forma a julgar suas contas regulares, dando-lhe quitação plena, e afastar o débito a ela imputado e as penalidades aplicadas mediante os itens 9.4, 9.5 e 9.9 do Acórdão 3017/2011-P. Responsável solidário aos recorrentes Flank Rafael Silva Santos e Margareth Rose Martins Bringel.</p>						
Destinatário	Endereço	Comunicação	Ciência	Observação		
Responsável	-	Edital 79/2015, peça 354	Peça 418	Justificativa: peça 353. A notificação deveria ser de dívida.		
	Base Renach, peça 728	Ofício 30410/2021, peça 738	Peça 744	-		
	Base CPF, peça 728	Ofício 30409/2021, peça 739	Peça 745	-		
<p>Acórdão 8291/2016-2C (peça 440). Retificação do item 3 do Acórdão 3017/2011-P por inexatidão material.</p>						
Destinatário	Endereço	Comunicação	Ciência	Observação		
Responsável	-	Edital 96/2018, peça 549	Peças 558- 559	Justificativa: peça 540.		
<p>Acórdão 1201/2018-P (peça 535). Recurso de reconsideração interposto pela empresa A.C.M. Gomes contra o Acórdão 3017/2011-P. Recurso não conhecido.</p>						
Destinatário	Endereço	Comunicação	Ciência	Observação		
-	-	-	-	<i>É desnecessária a comunicação a terceiro de recurso não conhecido pelo Tribunal, conforme entendimento entre a Dicomp, Dijulg e MP/TCU.</i>		
<p>Acórdão 1664/2021-P (peça 749). Retificação dos itens 3, 9.4.7 a 9.4.21, 9.5 e 9.8 do Acórdão 3017/2011-P, por inexatidão material.</p>						
Destinatário	Destinatário	Destinatário	Destinatário	Destinatário		
-	-	-	-	A comunicar.		
<p>Os demais responsáveis/interessados/órgãos ou entidades/assessoria especial de controle interno foram notificados de acórdão (condenatório, apostilador ou recursal) proferido nos autos?</p>			<p>Sim</p> <input checked="" type="checkbox"/>	<p>Não</p> <input type="checkbox"/>	<p>NA</p> <input type="checkbox"/>	-

		Há necessidade de comunicar à Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Min. da Economia, após o trânsito em julgado, a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992)?	Sim	Não	NA	
			<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	-
		Responsável falecido				
		Diligenciou-se ao cartório de registro civil para obtenção da certidão de óbito?	Sim	Não	NA	
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-
		Diligenciou-se ao cartório de notas para obtenção de informações sobre o espólio ou sucessor?	Sim	Não	NA	
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-
		Diligenciou-se ao Tribunal de Justiça para obtenção de informações sobre o espólio ou sucessor?	Sim	Não	NA	
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-
		Diligenciou-se ao INSS para saber se há registro de benefício previdenciário tendo como instituidor o falecido?	Sim	Não	NA	
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-
		Caso o responsável tenha falecido antes de sua citação, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de torná-la insubsistente para promover a citação do espólio ou sucessor do falecido?	Sim	Não	NA	
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-
		Caso o responsável tenha falecido antes do trânsito em julgado do acórdão que lhe imputou multa, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de afastar a multa imposta?	Sim	Não	NA	
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-
		Proposta				
		<p>i) à Dicomp:</p> <p>a) submeter à Serur o expediente apresentado pelo responsável à peça 747, o qual pode versar sobre possível recurso;</p> <p>b) notificar (mera ciência) o responsável do Acórdão 1664/2021-P, em seus endereços de peça 728;</p> <p>c) após o trânsito em julgado da condenação, comunicar à devida unidade do Ministério da Economia, nos termos dos subitens 9.7 e 9.8 do acórdão condenatório, a inabilitação do responsável, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, pelo período de cinco anos, com fundamento no art. 60 da Lei n. 8.443/1992;</p> <p>ii) ao Secef:</p> <p>a) retificar o trânsito em julgado de peça 705;</p> <p>iii) ao Scbex:</p> <p>a) quanto à possível prescrição da dívida, informa-se que compete à Procuradoria da União decidir sobre a propositura ou não da ação de execução.</p>				
Item	Responsável	Histórico				Análise

2.3	Flank Rafael Silva Santos	Responsáveis solidários?			Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	NA <input type="checkbox"/>	Peça 75, p. 25 a 33.
		Procurador?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>	OAB	Peça	Vigência	
							Início	Fim
		Comunicações						
		Acórdão 3017/2011-P (condenatório, peça 75, p. 25 a 33).						
		Destinatário	Endereço	Comunicação	Ciência	Observação		
		Responsável	Base CPF, peça 255	Ofício 34/2013, peça 266	Peça 280	-		
			Base CPF, peça 441	Ofício 2311/2017, peça 473	-	AR negativo: nº inexistente, peça 507.		
			-	Edital 87/2017, peça 508	Peça 517	-		
		Acórdão 3296/2014-P (peça 322). Recursos de reconsideração interpostos por Xavier Engenharia Ltda., Antônio Alves de Gouveia, Margareth Rose Martins Bringel e Flank Rafael Silva Santos ao Acórdão 3017/2011-P. Recursos conhecidos, para, no mérito: 1) negar provimento àqueles interpostos por <u>Antônio Alves de Gouveia</u> (<i>recurso conhecido com atribuição de efeitos suspensivos ao recorrente e demais condenados em solidariedade com ele, peças 284 e 292</i>) e <u>Flank Rafael Silva Santos</u> (<i>recurso conhecido com atribuição de efeitos suspensivos ao recorrente e demais condenados em solidariedade com ele, peças 285 e 292</i>); 2) dar provimento parcial àquele interposto por <u>Margareth Rose Martins Bringel</u> (<i>recurso conhecido com atribuição de efeitos suspensivos à recorrente e demais condenados em solidariedade com ela, peças 286 e 292</i>), de forma a excluir as penalidades a ela aplicadas mediante os itens 9.5 e 9.7.1 do Acórdão 3017/2011-P; 3) dar provimento àquele interposto pela empresa <u>Xavier Engenharia Ltda.</u> (<i>recurso conhecido, mas se atribuição de efeitos suspensivos à recorrente, peças 283 e 292</i>), de forma a julgar suas contas regulares, dando-lhe quitação plena, e afastar o débito a ela imputado e as penalidades aplicadas mediante os itens 9.4, 9.5 e 9.9 do Acórdão 3017/2011-P.						
		Destinatário	Endereço	Comunicação	Ciência	Observação		
		Responsável	Base CPF, peça 336	Ofício 1252/2015, peça 361	Peça 413	A notificação deveria ser de dívida.		
			Base CPF, peça 441	OFÍCIO 30396/2021, peça 735	Peça 743	-		
		Acórdão 8291/2016-2C (peça 440). Retificação do item 3 do Acórdão 3017/2011-P por inexatidão material.						
		Destinatário	Endereço	Comunicação	Ciência	Observação		
Responsável	Base CPF, peça 441	Ofício 2481/2018, peça 578	Peça 652	-				
		Ofício 3278/2018, peça 616	Peça 627	-				
Acórdão 1201/2018-P (peça 535). Recurso de reconsideração interposto pela empresa A.C.M. Gomes contra o Acórdão 3017/2011-P. Recurso não conhecido.								
Destinatário	Endereço	Comunicação	Ciência	Observação				
-	-	-	-	É desnecessária a comunicação a				

						terceiro de recurso não conhecido pelo Tribunal, conforme entendimento entre a Dicomp, Dijulg e MP/TCU.
Acórdão 1664/2021-P (peça 749). Retificação dos itens 3, 9.4.7 a 9.4.21, 9.5 e 9.8 do Acórdão 3017/2011-P, por inexatidão material.						
Destinatário	Destinatário	Destinatário	Destinatário	Destinatário		
-	-	-	-	A comunicar.		
Os demais responsáveis/interessados/órgãos ou entidades/assessoria especial de controle interno foram notificados de acórdão (condenatório, apostilador ou recursal) proferido nos autos?			Sim	Não	NA	-
			<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Há necessidade de comunicar à Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Min. da Economia, após o trânsito em julgado, a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992)?			Sim	Não	NA	-
			<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Responsável falecido						
Diligenciou-se ao cartório de registro civil para obtenção da certidão de óbito?			Sim	Não	NA	-
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Diligenciou-se ao cartório de notas para obtenção de informações sobre o espólio ou sucessor?			Sim	Não	NA	-
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Diligenciou-se ao Tribunal de Justiça para obtenção de informações sobre o espólio ou sucessor?			Sim	Não	NA	-
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Diligenciou-se ao INSS para saber se há registro de benefício previdenciário tendo como instituidor o falecido?			Sim	Não	NA	-
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Caso o responsável tenha falecido antes de sua citação, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de torná-la insubsistente para promover a citação do espólio ou sucessor do falecido?			Sim	Não	NA	-
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Caso o responsável tenha falecido antes do trânsito em julgado do acórdão que lhe imputou multa, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de afastar a multa imposta?			Sim	Não	NA	-
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Proposta						
i) à Dicomp:						
a) notificar (mera ciência) o responsável do Acórdão 1664/2021-P, em seu domicílio fiscal;						
b) após o trânsito em julgado da condenação, comunicar à devida unidade do Ministério da Economia, nos termos dos subitens 9.7 e 9.8 do acórdão condenatório, a inabilitação do responsável, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, pelo período de cinco anos,						

		com fundamento no art. 60 da Lei n. 8.443/1992; ii) ao Secef: a) retificar o trânsito em julgado de peça 703; iii) ao Scbex: a) quanto à possível prescrição da dívida, informa-se que compete à Procuradoria da União decidir sobre a propositura ou não da ação de execução.						
Item	Responsável	Histórico					Análise	
2.4	Fran Comércio e Representações/ F. O. Sousa Comércio e Representações /Francisco Oliveira Sousa	Responsáveis solidários?		Sim	Não	NA	Peça 75, p. 25 a 33.	
			<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
		Procurador?	Sim	Não	OAB	Peça	Vigência	
			<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			Início	Fim
		Comunicações						
		Acórdão 3017/2011-P (condenatório, peça 75, p. 25 a 33).						
		Destinatário	Endereço	Comunicação	Ciência	Observação		
		Responsável	Base CNPJ, peça 88, p. 2	Ofício 28/2013, peça 259	-	AR negativo: desconhecido, peça 276.		
		Franciano Oliveira Sousa, rep. legal	Base CPF, peça 300	Ofício 143/2014, peça 305	-	AR negativo: desconhecido, peça 307.		
		Responsável	-	Edital 43/2014, peça 314	Peça 315	-		
		Responsável	-	Edital 38/2017, peça 461	Peça 483	-		
		Acórdão 3296/2014-P (peça 322). Recursos de reconsideração interpostos por Xavier Engenharia Ltda., Antônio Alves de Gouveia, Margareth Rose Martins Bringel e Flank Rafael Silva Santos ao Acórdão 3017/2011-P. Recursos conhecidos, para, no mérito: 1) negar provimento àqueles interpostos por <u>Antônio Alves de Gouveia (recurso conhecido com atribuição de efeitos suspensivos ao recorrente e demais condenados em solidariedade com ele, peças 284 e 292)</u> e <u>Flank Rafael Silva Santos (recurso conhecido com atribuição de efeitos suspensivos ao recorrente e demais condenados em solidariedade com ele, peças 285 e 292)</u> ; 2) dar provimento parcial àquele interposto por <u>Margareth Rose Martins Bringel (recurso conhecido com atribuição de efeitos suspensivos à recorrente e demais condenados em solidariedade com ela, peças 286 e 292)</u> , de forma a excluir as penalidades a ela aplicadas mediante os itens 9.5 e 9.7.1 do Acórdão 3017/2011-P; 3) dar provimento àquele interposto pela empresa <u>Xavier Engenharia Ltda. (recurso conhecido, mas se atribuição de efeitos suspensivos à recorrente, peças 283 e 292)</u> , de forma a julgar suas contas regulares, dando-lhe quitação plena, e afastar o débito a ela imputado e as penalidades aplicadas mediante os itens 9.4, 9.5 e 9.9 do Acórdão 3017/2011-P. Responsável solidária aos recorrentes Antônio Alves de Gouveia e Margareth Rose Martins Bringel.						
		Destinatário	Endereço	Comunicação	Ciência	Observação		
Franciano Oliveira	Base CPF, peça 342	Ofício 1261/2015,	Peça 425	A notificação deveria ser de				

	Sousa, rep. legal		peça 379		dívida.	
		Base CPF, peça 730	OFÍCIO 30412/2021, peça 736	-	AR negativo: nº inexistente, peça 746.	
		Base Renach, peça 730	OFÍCIO 30411/2021	-	AR negativo: nº inexistente, peça 748.	
	Acórdão 8291/2016-2C (peça 440). Retificação do item 3 do Acórdão 3017/2011-P por inexatidão material.					
	Destinatário	Endereço	Comunicação	Ciência	Observação	
	Franciano Oliveira Sousa, rep. legal	Base CPF, peça 342	Ofício 2482/2018, peça 576	-	AR negativo: mudou-se, peça 602.	
		Base CPF, peça 730	OFÍCIO 30412/2021, peça 736	-	AR negativo: nº inexistente, peça 746.	
		Base Renach, peça 730	OFÍCIO 30411/2021	-	AR negativo: nº inexistente, peça 748.	
	Acórdão 1201/2018-P (peça 535). Recurso de reconsideração interposto pela empresa A.C.M. Gomes contra o Acórdão 3017/2011-P. Recurso não conhecido.					
	Destinatário	Endereço	Comunicação	Ciência	Observação	
	-	-	-	-	<i>É desnecessária a comunicação a terceiro de recurso não conhecido pelo Tribunal, conforme entendimento entre a Dicomp, Dijulg e MP/TCU.</i>	
	Acórdão 1664/2021-P (peça 749). Retificação dos itens 3, 9.4.7 a 9.4.21, 9.5 e 9.8 do Acórdão 3017/2011-P, por inexatidão material.					
	Destinatário	Destinatário	Destinatário	Destinatário	Destinatário	
	-	-	-	-	A comunicar.	
	Os demais responsáveis/interessados/órgãos ou entidades/assessoria especial de controle interno foram notificados de acórdão (condenatório, apostilador ou recursal) proferido nos autos?			Sim	Não	NA
			<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Há necessidade de comunicar à Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Min. da Economia, após o trânsito em julgado, a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992)?			Sim	Não	NA	-
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Responsável falecido						
Diligenciou-se ao cartório de registro civil para obtenção da certidão de óbito?			Sim	Não	NA	-
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Diligenciou-se ao cartório de notas para obtenção de informações sobre o espólio ou sucessor?			Sim	Não	NA	-
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Diligenciou-se ao Tribunal de Justiça para			Sim	Não	NA	

	obtenção de informações sobre o espólio ou sucessor?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Diligenciou-se ao INSS para saber se há registro de benefício previdenciário tendo como instituidor o falecido?	Sim	Não	NA	
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-
	Caso o responsável tenha falecido antes de sua citação, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de torná-la insubsistente para promover a citação do espólio ou sucessor do falecido?	Sim	Não	NA	
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-
	Caso o responsável tenha falecido antes do trânsito em julgado do acórdão que lhe imputou multa, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de afastar a multa imposta?	Sim	Não	NA	
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-
	Proposta				
	<p>i) à Dicomp:</p> <p>a) considerando tratar-se de empresário individual (peça 88, p. 2), portanto, podendo ser notificado em seu domicílio fiscal ou no endereço de seu representante legal; que foram frustradas as notificações encaminhadas ao domicílio fiscal da empresa (peça 276) e ao endereço de seu representante legal (peças 307, 602, 746 e 748); que a responsável se encontra baixada na RFB, por inaptidão (peça 729); notificá-la de dívida do Acórdão 3296/2014-P, mencionando os Acórdãos 8291/2016-2C e 1664/2021-P, via edital;</p> <p>ii) ao Secef:</p> <p>a) após decurso de prazo da notificação, retificar o trânsito em julgado de peça 699;</p> <p>iii) ao Scbex:</p> <p>a) quanto à possível prescrição da dívida, informa-se que compete à Procuradoria da União decidir sobre a propositura ou não da ação de execução.</p>				

3. Proposta de encaminhamento:

3.1. Pelo exposto, submetem-se os autos à consideração do Sr. Diretor da Dicomp/SePROC, propondo-se:

3.1.1. Com respeito à Márcia Resende dos Santos (análise do subitem 2.1 acima):

i) à Dicomp:

a) notificar de dívida a responsável do Acórdão 3296/2014-P, mencionando os Acórdãos 8291/2016-2C e 1664/2021-P;

b) após o trânsito em julgado da condenação, comunicar à devida unidade do Ministério da Economia, nos termos dos subitens 9.7 e 9.8 do acórdão condenatório, a inabilitação da responsável, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, pelo período de cinco anos, com fundamento no art. 60 da Lei n. 8.443/1992;

ii) ao Scbex:

a) quanto à possível prescrição da dívida, informa-se que compete à Procuradoria da União decidir sobre a propositura ou não da ação de execução;

3.1.2. Com relação a Ney dos Santos Resende (análise do subitem 2.2 supra):

i) à Dicomp:

a) submeter à Serur o expediente apresentado pelo responsável à peça 747, o qual pode versar sobre possível recurso;

b) notificar (mera ciência) o responsável do Acórdão 1664/2021-P, em seus endereços de peça 728;

c) após o trânsito em julgado da condenação, comunicar à devida unidade do Ministério da Economia, nos termos dos subitens 9.7 e 9.8 do acórdão condenatório, a inabilitação do responsável, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, pelo período de cinco anos, com fundamento no art. 60 da Lei n. 8.443/1992;

ii) ao Scbex:

a) quanto à possível prescrição da dívida, informa-se que compete à Procuradoria da União decidir sobre a propositura ou não da ação de execução;

3.1.3. Com referência a Flank Rafael Silva Santos (análise do subitem 2.3 retro):

i) à Dicomp:

a) notificar (mera ciência) o responsável do Acórdão 1664/2021-P, em seu domicílio fiscal;

b) após o trânsito em julgado da condenação, comunicar à devida unidade do Ministério da Economia, nos termos dos subitens 9.7 e 9.8 do acórdão condenatório, a inabilitação do responsável, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, pelo período de cinco anos, com fundamento no art. 60 da Lei n. 8.443/1992;

ii) ao Scbex:

a) quanto à possível prescrição da dívida, informa-se que compete à Procuradoria da União decidir sobre a propositura ou não da ação de execução;

3.1.4. Quanto à Fran Comércio e Representações/F. O. Sousa Comércio e Representações/Francisco Oliveira Sousa (análise do subitem 2.4 acima mencionado):

i) à Dicomp:

a) considerando tratar-se de empresário individual (peça 88, p. 2), portanto, podendo ser notificado em seu domicílio fiscal ou no endereço de seu representante legal; que foram frustradas as notificações encaminhadas ao domicílio fiscal da empresa (peça 276) e ao endereço de seu representante legal (peças 307, 602, 746 e 748); que a responsável se encontra baixada na RFB, por inaptidão (peça 729); **notificá-la de dívida do Acórdão 3296/2014-P, mencionando os Acórdãos 8291/2016-2C e 1664/2021-P, via edital;**

ii) ao Scbex:

a) quanto à possível prescrição da dívida, informa-se que compete à Procuradoria da União decidir sobre a propositura ou não da ação de execução;

3.1.5. No que diz respeito à Norbral Comércio e Representações:

i) à Dicomp:

a) considerando que a responsável se encontra baixada na RFB (peça 750), notificá-la (mera ciência) do Acórdão 1664/2021-P, por meio de sua representante legal à época dos fatos, Maria Inês Silva Ramos, no domicílio fiscal desta;

b) frustrada a comunicação acima ou se a representante legal, notificada, mantiver-se silente, **notificar de dívida a empresa responsável de todos os acórdãos prolatados nos autos, via edital;**

ii) ao Scbex:

a) juntou-se a certidão AR digital de peça 731, regularizando o AR de peça 662, conforme modelo estatuído no anexo II ao Memorando-Circular 22/2013–Adgecex;

3.1.6. Relativamente à R S FERRO - CONSTRUTORA VALE DO GURUPI/Ricardo Sousa Ferro:

i) à Dicomp:

a) considerando tratar-se de empresário individual (peça 751), portanto, podendo ser notificado em seu domicílio fiscal constante no CNPJ ou CPF; que são coincidentes os endereços registrados no CNPJ e no CPF (peça 751, p. 1-2); que foram frustradas as notificações encaminhadas a estes endereços (peças 428 e 489); que não se encontrou endereço alternativo para novas comunicações; **notificá-la (mera ciência) do Acórdão 1664/2021-P, via edital;**

3.1.7. Referente à A.C.M. Gomes:

i) à Dicomp:

a) notificá-la (mera ciência) dos Acórdãos 8291/2016-2C e 1664/2021-P, por meio do advogado Danilo Giuberti Filho, em seu endereço de peça 752;

ii) ao Scbex:

a) juntou-se a certidão AR digital de peça 732, regularizando o AR de peça 504, conforme modelo estatuído no anexo II ao Memorando-Circular 22/2013–Adgecex;

3.1.8. Com respeito a José Juscelino dos Santos Rezende:

i) à Dicomp:

a) notificá-lo (mera ciência) do Acórdão 1664/2021-P, em seu domicílio fiscal;

b) após o trânsito em julgado da condenação, comunicar à devida unidade do Ministério da Economia, nos termos dos subitens 9.7 e 9.7.1 do acórdão condenatório, a inabilitação do responsável, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, pelo período de oito anos, com fundamento no art. 60 da Lei n. 8.443/1992;

3.1.9. Com relação à Margareth Rose Martins Bringel, falecida:

i) à Dicomp:

a) considerando que o inventariante do espólio de Margareth Rose Martins Bringel é José Juscelino dos Santos Rezende Filho (CPF: 852.902.113-49, peça 769, p. 22) e não José Juscelino dos Santos Rezende (CPF: 094.901.593-87, esposo da *de cujus* e também responsável nos autos); **que as notificações dos acórdãos proferidos no processo foram encaminhadas, erroneamente, a José Juscelino dos Santos Rezende;** notificar de dívida de todos os acórdãos proferidos no processo o espólio de Margareth Rose Martins Bringel, por meio do inventariante José Juscelino dos Santos Rezende Filho (CPF: 852.902.113-49), no domicílio fiscal deste (peça 769, peça 22);

3.1.10. Com referência a Gilson Oliveira Pereira:

i) à Dicomp:

a) notificá-lo (mera ciência) do Acórdão 1664/2021-P, simultaneamente, em seus endereços de peça 754;

b) frustradas as comunicações acima alvitradas, providenciar edital;

c) após o trânsito em julgado da condenação, comunicar à devida unidade do Ministério da Economia, nos termos dos subitens 9.7 e 9.8 do acórdão condenatório, a inabilitação do responsável, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, pelo período de cinco anos, com fundamento no art. 60 da Lei n. 8.443/1992;

3.1.11. No que diz respeito à J DE OLIVEIRA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA/PRESTACIONAL MARSUL:

i) à Dicomp:

a) considerando que a responsável se encontra baixada na RFB (peça 755), notificá-la (mera ciência) do Acórdão 1664/2021-P, por meio de sua representante legal à época dos fatos, Irene Pinheiro Lima, no domicílio fiscal desta;

b) frustrada a comunicação acima ou se a representante legal, notificada, mantiver-se silente, **providenciar edital**;

3.1.12. Relativamente à CONSTRUTORA TAVARES CUNHA LTDA:

i) à Dicomp:

a) considerando que a responsável se encontra baixada na RFB (peça 756), notificá-la (mera ciência) dos Acórdãos 8291/2016-2C e 1664/2021-P, por meio de seu representante legal à época dos fatos, Cauby das Chagas Ramos, no domicílio fiscal deste;

b) frustrada a comunicação acima ou se a representante legal, notificado, mantiver-se silente, **providenciar edital**;

3.1.13. Quanto a Francisco Rodrigues Lima, falecido:

i) à Dicomp: considerando tratar-se de empresário individual, em que a jurisprudência no Tribunal é remansosa no sentido de que não há distinção entre as pessoas física e jurídica no caso de empresário individual (Acórdãos 2737/2013-P, 4476/2019-2C e 2386/2020-1C); que ele fora comunicado dos Acórdãos 3017/2011-P, 3296/2014-P e 8291/2016-2C, consoante as peças 582 e 654, 618 e 634, 640 e 641; que a comunicações do Acórdão 1664/2021-P a ele seria de notificação simples; que o mesmo é falecido (peça 757) e não foram identificados inventários extrajudicial e judicial (peças 758 e 759):

a) diligenciar à SEGUNDA SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE VITORINO FREIRE, em Vitorino Freire/MA (peça 757), para que, no prazo de quinze dias, encaminhe ao Tribunal, sem ônus, a certidão de óbito de **Francisco Rodrigues Lima (CPF: 020.271.513-20)**, lavrada nesse Cartório em 18/1/2021, no livro: C15, folha: 234, termo: 1256;

b) após retorno da diligência, notificar (mera ciência) o espólio ou os sucessores do responsável falecido de todos os acórdãos prolatados nos autos;

3.1.14. Relativamente à J.B. LOPES TEIXEIRA/João Batista Lopes Teixeira:

i) à Dicomp:

a) considerando tratar-se de empresário individual (peça 751), portanto, podendo ser notificado em seu domicílio fiscal constante no CNPJ ou no CPF; que a sua situação cadastral no CNPJ consta como baixada; que as comunicações nos autos ocorreram em seu endereço inscrito no CPF; **notificá-la (mera ciência) do Acórdão 1664/2021-P, em seu domicílio fiscal apontado no CPF;**

3.1.15. Quanto a Heracílio de Sousa Alencar, falecido:

i) à **Dicomp**: considerando que o Acórdão 3296/2014-P julgou recursos de reconsideração interpostos por Xavier Engenharia Ltda., Antônio Alves de Gouveia, Flank Rafael Silva Santos e Margareth Rose Martins Bringel ao Acórdão 3017/2011-P (condenatório); que tais recursos foram admitidos com efeitos suspensivos aos recorrentes e demais condenados em solidariedade com eles, com exceção do apelo da empresa Xavier Engenharia Ltda. (peças 283-286 e 292); que o Tribunal, por meio do Acórdão 3296/2014-P, conheceu dos recursos, para, no mérito: **1)** negar provimento àqueles interpostos por Antônio Alves de Gouveia e Flank Rafael Silva Santos; **2)** dar provimento parcial àquele interposto por Margareth Rose Martins Bringel, de forma a excluir as penalidades a ela aplicadas mediante os itens 9.5 e 9.7.1 do Acórdão 3017/2011-P; **3)** dar provimento àquele interposto pela empresa Xavier Engenharia Ltda., de forma a julgar suas contas regulares, dando-lhe quitação plena, e afastar o débito a ela imputado e as penalidades aplicadas mediante os itens 9.4, 9.5 e 9.9 do Acórdão 3017/2011-P; que o responsável fora condenado em solidariedade com os recorrentes Antônio Alves de Gouveia e Margareth Rose Martins Bringel; que a notificação do Acórdão 3296/2014-P, por meio do ofício 1259/2015 (peças 375 e 422), deveria ser de dívida e não notificação simples; que o responsável faleceu em 18/7/2011 (peça 637, p. 2) e o ofício 1259/2015 (peças 375 e 422) deveria ser destinado ao espólio ou sucessores e não ao *de cujus*; que há certidão de óbito do falecido (peça 637, p. 2); que não foram encontrados inventários extrajudicial e judicial (peças 760 e 761):

a) encaminhar os autos para instrução da UT, a fim do Tribunal rever o Acórdão 3017/2011-P, de ofício, conforme disposto no § 2º do art. 3º da Resolução/TCU 178/2005, com a finalidade de excluir para o responsável as sanções consignadas nos itens 9.5 e 9.8 da deliberação, tendo em vista o caráter personalíssimo das sanções, como reza o inciso XLV do art. 5º da Constituição Federal e a jurisprudência do TCU (Acórdãos 49/2000 e 34/2001, do Plenário, e Acórdãos 92/1999, 12/2002, 1910/2004 e 844/2006, da Segunda Câmara);

b) por fim, notificar de dívida o espólio de todos os acórdãos prolatados nos autos, por meio da administradora provisória dos bens e cônjuge supérstite, Antonilde Costa Alencar (peça 605, p. 1), nos termos do inciso I do art. 1.797 do Código Civil;

3.1.16. Com respeito a Antônio Alves de Gouveia, falecido:

i) à **Dicomp**: considerando que o Acórdão 3296/2014-P julgou recursos de reconsideração interpostos por Xavier Engenharia Ltda., Antônio Alves de Gouveia, Flank Rafael Silva Santos e Margareth Rose Martins Bringel ao Acórdão 3017/2011-P (condenatório); que tais recursos foram admitidos com efeitos suspensivos aos recorrentes e demais condenados em solidariedade com eles, com exceção do apelo da empresa Xavier Engenharia Ltda. (peças 283-286 e 292); que o Tribunal, por meio do Acórdão 3296/2014-P, conheceu dos recursos, para, no mérito: **1)** negar provimento àqueles interpostos por Antônio Alves de Gouveia e Flank Rafael Silva Santos; **2)** dar provimento parcial àquele interposto por Margareth Rose Martins Bringel, de forma a excluir as penalidades a ela aplicadas mediante os itens 9.5 e 9.7.1 do Acórdão 3017/2011-P; **3)** dar provimento àquele interposto pela empresa Xavier Engenharia Ltda., de forma a julgar suas contas regulares, dando-lhe quitação plena, e afastar o débito a ela imputado e as penalidades aplicadas mediante os itens 9.4, 9.5 e 9.9 do Acórdão 3017/2011-P; que a notificação do Acórdão 3296/2014-P, por meio do ofício 1260/2015 (peças 377 e 426), deveria ser de dívida e não notificação simples; que posteriormente fora expedida nova notificação do Acórdão 3296/2014-P, pelo ofício 2315/2017 (peça 470), retornando negativamente com a informação de “falecido” (peça 494); que as informações do INSS à peça 605, p. 1 e 6-9, corroboram o falecimento do responsável; que restou negativa a diligência ao Cartório para o envio de cópia da certidão de óbito do falecido (peça 637, p. 1); que não foram encontrados inventários extrajudicial e judicial (peças 762 e 763):

a) encaminhar os autos para instrução da UT, a fim do Tribunal rever o Acórdão 3017/2011-P, de ofício, conforme disposto no § 2º do art. 3º da Resolução/TCU 178/2005, com a finalidade de excluir para o responsável as sanções consignadas nos itens 9.5 e 9.8 da deliberação, tendo em vista o caráter personalíssimo das sanções, como reza o inciso XLV do art. 5º da Constituição Federal e a jurisprudência do TCU (Acórdãos 49/2000 e 34/2001, do Plenário, e Acórdãos 92/1999, 12/2002, 1910/2004 e 844/2006, da Segunda Câmara);

b) diligenciar novamente à SEGUNDA SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE VITORINO FREIRE, em Vitorino Freire/MA, para que, no prazo de quinze dias, informe se há registro de óbito de **Antônio Alves de Gouveia (CPF: 035.143.583-20)**, e, em caso positivo, encaminhe cópia da respectiva certidão de óbito; **se negativa a informação, que a referida serventia extrajudicial diga onde ocorreu o óbito, por meio de consulta à Central de Informações do Registro Civil – CRC/ARPEN;**

c) por fim, notificar de dívida o espólio de todos os acórdãos prolatados nos autos, por meio da administradora provisória dos bens e cônjuge supérstite, Maria da Paz Pereira de Gouveia (peça 605, p 1), nos termos do inciso I do art. 1.797 do Código Civil;

3.1.17. Quanto à GILBERTO DA S. REIS/Gilberto da Silva Reis:

i) à Dicomp:

a) considerando tratar-se de empresário individual (peça 453), portanto, podendo ser notificado em seu domicílio fiscal constante no CNPJ ou no CPF; que a sua situação cadastral no CNPJ consta como baixada; **notificá-la (mera ciência) do Acórdão 1664/2021-P, em seu domicílio fiscal apontado no CPF;**

3.1.18. Com relação à COMERCIAL BOM DE PREÇO/F DE A CONCEICAO/FRANCISCO DE AQUINO CONCEICAO:

i) à Dicomp:

a) considerando tratar-se de empresário individual (peça 448), portanto, podendo ser notificado em seu domicílio fiscal constante no CNPJ ou no CPF; que a sua situação cadastral no CNPJ consta como baixada; **notificá-la (mera ciência) do Acórdão 1664/2021-P, em seu domicílio fiscal apontado no CPF;**

3.1.19. Com relação à C A ALENCAR SARAIVA/COMERCIAL KALINA/CARLOS AUGUSTO ALENCAR SARAIVA:

i) à Dicomp:

a) considerando tratar-se de empresário individual (peça 448), portanto, podendo ser notificado em seu domicílio fiscal constante no CNPJ ou no CPF; que a sua situação cadastral no CNPJ consta como inapta; **notificá-la (mera ciência) do Acórdão 1664/2021-P, em seu domicílio fiscal apontado no CPF;**

3.1.20. Relativamente ao Comercial São Luis Rei de França Ltda.:

i) à Dicomp:

a) considerando frustrada notificação encaminhada ao responsável em seu endereço (peça 486); que a responsável se encontra inapta na RFB (peça 764), portanto, com o seu domicílio fiscal desatualizado; notificá-la (mera ciência) do Acórdão 1664/2021-P, por meio de seu representante legal à época dos fatos, Cleony Rodrigues Lima, no domicílio fiscal deste;

b) frustrada a comunicação acima ou se o representante legal, notificado, mantiver-se silente, **providenciar edital;**

3.1.21. No que diz respeito à Engema Engenharia e Comércio de Instalações/ADAILTON J DOS SANTOS/ADAILTON JOAQUIM DOS SANTOS:

i) à Dicomp:

a) considerando tratar-se de empresário individual (peça 456), portanto, podendo ser notificado em seu domicílio fiscal constante no CNPJ ou no CPF; que fora frustrada a última notificação encaminhada à responsável em seu endereço registrado no CNPJ (peça 601); que a única notificação válida a ela foi a do Acórdão 3296/2014-P; **notificá-la de dívida do Acórdão 3017/2011-P, mencionando os Acórdãos 8291/2016-2C e 1664/2021-P, em seu domicílio fiscal apontado no CPF;**

3.1.22. Com referência à Bertcon Serviços Ltda.:

i) à Dicomp:

a) considerando frustradas notificações encaminhadas à responsável em seu endereço (peças 434 e 502); que ela se encontra inapta na RFB (peça 765), portanto, com o seu domicílio fiscal desatualizado; notificá-la (mera ciência) do Acórdão 1664/2021-P, por meio de seu representante legal à época dos fatos, Berto da Costa Silva, no domicílio fiscal deste;

b) frustrada a comunicação acima ou se o representante legal, notificado, mantiver-se silente, **providenciar edital;**

3.1.23. Com relação à Hidracon Perfurações, Construções e Incorporação Ltda.:

i) à Dicomp:

a) considerando comunicações negativas encaminhadas à responsável e ao seu representante legal, em seus domicílios fiscais (peças 140 e 224); que ela se encontra baixada na RFB (peça 451); que o endereço de seu representante legal permanece o mesmo na RFB; **notificá-la (mera ciência) do Acórdão 1664/2021-P, via edital;**

3.1.24. No que diz respeito à Madeireira Eldorado/E DOS R MARTINS/EPIFANIO DOS REIS MARTINS:

i) à Dicomp: considerando tratar-se de empresário individual, em que a jurisprudência no Tribunal é remansosa no sentido de que não há distinção entre as pessoas física e jurídica no caso de empresário individual (Acórdãos 2737/2013-P, 4476/2019-2C e 2386/2020-1C); que ele fora comunicado dos Acórdãos 3017/2011-P, 3296/2014-P e 8291/2016-2C, consoante as peças 546 e 595; que a comunicação do Acórdão 1664/2021-P a ele seria de notificação simples; que o responsável é falecido (peça 766) e não foram identificados inventários extrajudicial e judicial (peças 767 e 768):

a) diligenciar à 2ª ZONA DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE SÃO LUÍS, em São Luís/MA (peça 757), para que, no prazo de quinze dias, encaminhe ao Tribunal, sem ônus, a certidão de óbito de **Epifanio dos Reis Martins (CPF: 147.404.003-91)**, lavrada nesse Cartório em 25/2/2020, no livro: C93, folha: 110, termo: 51576;

b) após retorno da diligência, notificar (mera ciência) o espólio ou os sucessores do responsável falecido de todos os acórdãos prolatados nos autos;

3.1.25. Quanto ao Município de Vitorino Freire/MA:

i) à Dicomp: notificá-lo (mera ciência) do Acórdão 1664/2021-P, em sua sede.



Secomp-2/Dicomp/Seproc, datado e assinado eletronicamente.

ANTONIO JOSÉ BEZERRA DE LIMA
TEFC – Matrícula 3787-7